

**ATA Nº. 43 - REUNIÃO DO COLÉGIO DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS
ELEITORAIS DO BRASIL
MACAPÁ – 05/12/2008**

Aos cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, às onze horas e dez minutos, no Salão Mucajá do CETA Ecotel, em Macapá, reuniu-se em sessão pública o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Desembargadora Cleonice Silva Freire, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Presentes a seguintes autoridades: Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Ayres de Britto, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Excelentíssimos Senhores Desembargadores Presidentes de Tribunais Regionais Eleitorais: Carmo Antônio de Souza - Amapá, Raimunda do Carmo Gomes Noronha - Pará, Beatriz Figueiredo Franco - Goiás, Huguet Braquehais - Ceará, Estácio Luiz Gama de Lima - Alagoas, Cláudio Dinart Deda Chagas - Sergipe, João Carlos Branco Cardoso - Rio Grande do Sul, Eulália Maria Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro - Piauí, Manoel Alves Rabelo - Espírito Santo, Nilo Luis Ramalho Vieira - Paraíba, Oswaldo Rodrigues de Melo - Mato Grosso do Sul

e Alberto Motta Moraes - Rio de Janeiro; representando os respectivos presidentes, os Juízes-Membros: Cláudio Manoel de Amorim Santos - Rio Grande do Norte, Denise Castelo Bonfim - Acre, Almiro José de Mello Padilha - Roraima, Elci Simões de Oliveira - Amazonas, Manoel Ornellas de Almeida - Mato Grosso, Mariza de Melo Porto - Minas Gerais, Regina Afonso Portes - Paraná, Francisco Julião de Oliveira Sobrinho - Pernambuco, e José Godinho Filho - Tocantins. Dando início ao XLIII Encontro do Colegiado, o Excelentíssimo Senhor Presidente do TSE abriu saudando os presentes, momento em que destacou e elogiou a atitude da Juíza Luciana Teixeira de Souza, em sua campanha no município cearense de Limoeiro do Norte, que estimulou a população a não vender seu voto. Em seguida, abrindo a Avaliação das Eleições 2008, a palavra foi passada ao Secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, que iniciou sua intervenção discorrendo sobre o planejamento bienal para as eleições e seus deslindes: planejamento, monitoramento e controle, execução, encerramento e avaliação. Destacou as melhorias implementadas nas eleições 2008, elencando na ordem:

a utilização do sistema operacional Linux em 100% das urnas – o que trouxe economicidade, transparência e segurança ao processo eleitoral; a centralização nos TRE's da totalização que antes era feita nos Cartórios, garantindo maior segurança e economicidade; publicação dos boletins de urnas na internet, garantindo transparência; o uso de identificação biométrica em três municípios brasileiros, o que traz confiabilidade na identificação e inviabiliza que um eleitor vote por outro; assinatura digital dos programas pelo ICP Brasil; abertura dos códigos-fontes após as eleições; fornecimento dos registros digitais dos votos aos partidos políticos; auditoria do processo de votação paralela que foi melhorado com a auditoria externa; folha de votação em modelo único com a utilização de um caderno para os dois turnos, o que trouxe grande economia do papel; melhoria de infra-estrutura através de equipamentos mais potentes e linhas de comunicação mais velozes; e a aplicação da Gestão de Projetos. Tais melhorias proporcionaram índices positivos de substituição de urnas no 1º turno: 0,56% de substituição de urnas (2.540), comparado a 2006 (0,94 – 3.402 urnas); a votação manual ocorreu 18 vezes em 2008, contra 108 de 2006 (havendo apenas uma ocorrência no 2º turno de 2008); o encerramento se deu no dia 06/10/2008 às 13h07min, e a totalização obteve melhor performance e estabilidade na grande maioria dos Estados. Destacou que a rapidez na totalização é um elemento de segurança que inviabiliza procedimentos que intentem fraudar o resultado da eleição. Em seguida foi concedida a palavra ao Coordenador de Sistemas Eleitorais, José

Cruz, que falou sobre os sistemas eleitorais utilizados, tendo como pontos positivos o sucesso na utilização do sistema operacional Linux, o uso de plataforma única para todos os modelos de urnas, e a estabilidade dos sistemas e sua operação, que ficou mais simples com a redução da quantidade de telas para obtenção do resultado. Como pontos negativos, destacou a demora na visualização da fotografia nas urnas 98; a falta de clareza nas mensagens de encerramento da votação aos mesários e impossibilidade de testar o áudio em urnas de contingência, o atraso na disponibilização de sistemas aos regionais, pois foi totalmente redesenvolvido; a falta de sincronia entre a flash interna e a flash de votação; problemas de incompatibilidade das flashes "Apacer" nas urnas 98 – o que gerou problemas nas eleições do Pará,

Pernambuco e outros Estados; problemas com impressora desconectada na urna 98; desconhecimento, de parte do eleitorado, sobre o procedimento de votação, como a ordem de cargos e a garantia do sigilo do voto; a incompatibilidade Gerador de Mídia com *drive* de *flash* USB; a ausência de informação de que o Gerador de Mídia estava “processando”, e não travado; além de falhas de funcionalidades verificadas no assistente do Gerador de Mídias. Como pontos a serem revistos, destacou que as empresas que prestam serviços de auditoria na votação paralela devem possuir pleno conhecimento do processo eleitoral; a solicitação aos partidos para que realmente participem da votação paralela; a necessidade do SADP documentar os acertos e não somente os erros através de relatórios. Propôs ainda, como melhorias a serem

implementadas, a intensificação dos testes com os sistemas, com as características do sistema oficial, melhoria nos treinamentos e campanhas para eleitores e Mesários; melhoria nas mensagens do auto-teste e no encerramento da votação; aperfeiçoamento de procedimentos de recuperação de dados; implementar contingência e recuperação em urnas de justificativa; o fim da obrigatoriedade do uso de urnas de justificativa no 2º turno, onde não haja eleição; e promover a substituição das urnas modelo 98. Passando à Totalização, apontou como ponto negativo a dificuldade na operação, e como ponto positivo, a migração da funcionalidade implementada no sistema devido. Propôs que as agregações devem acontecer antes da convocação dos mesários; a integração entre os módulos de convocação e agregação; e que a atualização no ELO reflita na seção eleitoral e na urna eletrônica, em caso de eleitor com necessidades especiais. Para o sistema de gerenciamento de totalização, propôs a implementação de módulo mais abrangente de monitoramento das zonas eleitorais, com possibilidades de filtros para pesquisa, e a necessidade de atualização do parque computacional para consolidar a topologia de banco e aplicações separadamente. Quanto ao sistema transportador informou que a interface do sistema precisou de um suporte demasiado; Como pontos positivos, apontou a constituição de módulo separado do gerenciamento, facilitando a operação a partir dos pontos de transmissão e a possibilidade de dimensionar o tamanho do pacote transmitido. Colocou como propostas, a atualização automática em pacotes

pequenos, o estudo da possibilidade do transportador estar incorporado ao gerenciamento, e a possibilidade do transportados ser único para o 1º e 2º turnos. O Ministro Ayres Brito revelou planos de se produzir 100.000 novas urnas em 2009, sendo que tal produção deve ser anual, levando a um total de 600.000 urnas em 5 anos, o que possibilitaria a eleição pelo sistema biométrico. Comentou que há uma nítida diferença entre gerações, sendo que atualmente os jovens são extremamente capazes de corrigir defeitos, mas não de preveni-los. Sugeriu que seja feito um trabalho preventivo, pois certos erros são da Justiça Eleitoral e não de outros envolvidos, como os mesários. Elogiou as secretarias de informática pela capacidade resolver problemas. Dada a palavra novamente a Giuseppe, explicou que o encontro está focado nas lições aprendidas, que esse é o momento para demonstrar as mazelas e poder corrigi-las no futuro, inclusive com a prevenção. Salientou ainda os aspectos positivos da logística, dentre eles o compartilhamento da especificação do equipamento que se pretende utilizar, inclusive com a participação dos regionais; a divulgação do cronograma de entrega das aquisições; a disponibilização do relatório de atividades Modelo III em formato eletrônico. Como aspectos negativos destacou o grande número de urnas eletrônicas com o LCD degradados; a incompatibilidade da *flash card* Apacer 32 MB com a UE98, a demanda excessiva de suporte técnico para as UE2002, erro de leitura de dados em disquete (precisa ser substituída), recebimento de peças de reposição muito próxima às eleições, travamento do relógio das UE2006, não aquisição de drive de *flashcard* para a geração das mídias compatíveis com a nova geração de computadores, indisponibilidade de espaço em alguns regionais para recebimento das UES 2008. Como ações imediatas, propôs: a retirada dos LCDs das UE96 para substituição nas urnas com degradação, encaminhamento de regionais de *flash cards* compatíveis, substituição de urnas obsoletas pela reserva técnica existente, substituição de soquete da bateria do relógio nas UE2006, aproveitamento de *flash card* das UE96. Como proposição de melhorias, apontou a substituição das UE98, antecipação da aquisição de equipamentos para anos não-eleitorais, utilização de *pen drive* em substituição ao disquete; parceria para o armazenamento e assim prevenir a degradação; maior divulgação para os mesários sobre a guarda do bem

público; evolução do modelo de urna para ampliar a participação de novos fornecedores, diminuindo custo, portabilidade de manutenção; desenvolvimento de embalagem com compartimento para guarda das cabines dobráveis e desenvolvimento de *software* que indique a carga da bateria da urna. Sobre o sistema de Identificação Biométrica, comentou sobre o projeto-piloto em 03 municípios, sistema que substitui a intervenção subjetiva humana na identificação do mesário. Nesse momento, o Excelentíssimo Senhor Ministro Carlos Ayres Brito questionou quanto tempo seria necessário para fazer um cadastramento biométrico nacional. Giuseppe respondeu que a grande dificuldade seria no cadastramento, pois o trabalho deve ser acompanhado de ampla divulgação; falou que existe um projeto em andamento, envolvendo diversos órgãos, para que se unifiquem as identificações. O Excelentíssimo Senhor Ministro enfatizou que isso poderia viabilizar o voto em trânsito. Giuseppe afirmou que a Justiça Eleitoral tem os dados, mas não possui o programa de comparação, sendo que esse já existe

no Instituto Nacional de Identificação - INI. O grande benefício desse convênio seria a implantação de um número único de identidade baseado em dados biométricos. Ressaltou que o tempo para o cadastro do eleitor foi aferido em 10 minutos. A Desembargadora Cleonice Silva Freire, Presidente do Colégio de Presidentes e do TER do Maranhão pediu a palavra para comunicar que foi requerida auditoria em Caxias/MA, por uma coligação concorrente naquele município, alegando que a foto não aparecia e que pessoas estranhas à Justiça Eleitoral teriam manuseado a urna eletrônica. A coligação denunciante contratou uma perícia externa que indicou suposto manuseio de pessoas estranhas nas UE's, sendo que o secretário da STI/MA explicou que houve falta de conhecimento de quem fez o laudo acerca do hardware da UE98, pois é a única que não possui módulo de som, por isso não poderia ser manipulado, como constava do laudo. Não havia placa de som e os sons emitidos dali não poderiam vir. Informou, também, que houve a utilização da urna para testar o aplicativo data-hora; que não houve votos para um candidato porque a seção indicada estava agregada a outra e que a intenção dessas informações era levar ao descrédito do trabalho com urna eletrônica, por meio de matérias de uma repórter da TV Band. Giuseppe Dutra rechaçou as afirmações da coligação

dizendo que são informações infundadas e até tendenciosas. A Desembargadora Cleonice Freire continuou informando que no Estado do Maranhão foi feita campanha para fiscalização da urna. O Desembargador Elci Simões, representante do TRE/AM, perguntou como se deveria proceder para rechaçar tais procedimentos. A Excelentíssima Presidente do Colegiado, Desembargadora Cleonice Freire apresentou proposta acerca do tema, tendo como ponto principal a criação de grupos de trabalho que visem melhorar as respostas quanto aos questionamentos sobre a confiabilidade das urnas eletrônicas, englobando a melhoria quanto à transparência, reforço da capacitação da equipe técnica quanto a auditoria e aplicação de medidas judiciais para penalizar aqueles que usam de má-fé para denegrir a imagem da Justiça Eleitoral; a execução das instruções do TSE e o estabelecimento, através das Escolas Judiciais Eleitorais, de contínua atualização dos Juízes Eleitorais e Chefes de Cartório. O Excelentíssimo Desembargador Estácio Gama, Presidente do TRE/AL, tomou a palavra, declarandose “fã” das urnas eletrônicas, enaltecendo sua confiabilidade. Giuseppe Janino comentou que, durante o uso das UE’S, nunca foi comprovada qualquer fraude. O Excelentíssimo Desembargador Claudio Manoel, representante do TRE/RN, perguntou ao palestrante se um técnico que trabalha com a urna pode fraudar o pleito. Giuseppe respondeu que não, pois são vários dispositivos que levam à assinatura digital, e várias pessoas envolvidas no processo, o que torna a fraude inviável. Seria possível violar a urna apenas com muito tempo, muitas pessoas envolvidas e com muito trabalho o que torna improvável. Sustentou que as auditorias garantem a autoria – o que não pode ser alterado sem a assinatura de todos os envolvidos – e a integridade. O Ministro Ayres Brito asseverou que o sistema é absolutamente confiável, e colocou em votação a proposta do TRE/MA com a exclusão do item que versa sobre intervenção judicial, o que foi aprovado pelo colegiado por aclamação. O Excelentíssimo Desembargador Nilo Vieira, TRE/PB, solicitou o voto de apoio à Desembargadora Cleonice Freire, que sofreu muitos problemas durante o período eleitoral em seu Estado, proposição acolhida por aclamação por todos os Presidentes. A palavra foi dada ao Excelentíssimo Desembargador Carmo Antônio, Presidente do TRE/AP, que teceu comentários sobre o horário do

reinício dos trabalhos e do restante da programação do encontro, finalizando a primeira parte da reunião. Após o intervalo para o almoço, a Presidente do Colégio reiniciou as atividades fazendo uma inversão da pauta e solicitando maior celeridade nas apresentações, tendo como primeiro tema o cadastro eleitoral e palestrante o senhor Sérgio Dias Cardoso, que iniciou sua fala comunicando que seriam desenvolvidos quatro pontos do sistema eleitoral. O primeiro ponto foi o sistema ELO, que já é utilizado há algum tempo pela Justiça Eleitoral e é de fácil manuseio, necessitando apenas de um treinamento mínimo para sua manipulação. Teceu comentários sobre as dificuldades que o sistema anterior apresentava e que a partir das Eleições de 2006 foi iniciada a utilização do ELO, que com o decorrer do tempo foi redesenhado para ter maior funcionalidade. Sugeriu melhorias como aprimoramento de rede de comunicação de dados da Justiça Eleitoral e apresentou os problemas encontrados: entrega de filiações sem identificação do município; indisponibilidade de consultas; certidões e registros durante o período de recebimento e processamento. Ainda como melhorias, propôs que fosse criado um novo módulo de filiação partidária com a transmissão via internet e diminuição de períodos de processamento das listas; emissão de certidões via internet e atualização dos dados partidários em um maior tempo. Pagamento de multas em qualquer jurisdição, sendo que as multas eleitorais não permitem controle de parcelamento. Discorreu ainda sobre o sistema de óbitos, de mesários e a integração desses sistemas. A Presidente do Colégio passou a palavra para a senhora Silvana de Freitas, que expôs o tema "Campanha de Esclarecimento e Cobertura Jornalística". Relatou como foi realizada a campanha de esclarecimento ao eleitor na rádio e TV, que teve material gráfico e na mídia impressa. Para exemplificar o que foi feito, apresentou um vídeo com material da campanha em 2008. Comunicou que o vídeo foi enviado aos TRE's, tendo a campanha custado menos que nas eleições anteriores, situação proporcionada pela parceria com agência de publicidade com sensível melhoria da qualidade técnica e inovação na linguagem de apresentação. Afirmou que ocorreram problemas com o filme "abelha" e com o filme "círculos", mídias posteriormente retiradas do ar. Como proposição sugeriu a manutenção da parceria com a agência de publicidade e

com a ANJ. Demonstrou alguns pontos da pesquisa realizada pelo Instituto Nexus, dando destaque para aqueles que trataram da forma que os eleitores têm conhecimento de notícias políticas, dificuldade no uso das urnas eletrônicas, sua aprovação e confiabilidade. A pesquisa também demonstrou à lembrança sobre campanha de divulgação e sua repercussão. A Presidente do

Colégio passou a palavra para a senhora Ana Cláudia, da SGP/TSE, que principiou discorrendo sobre o material utilizado para conscientização dos mesários, passou então aos resultados obtidos com a distribuição desse material. Comentou sobre o site para mesários que foi o mais acessado no dia em que foi inserido na página do TSE.

Apresentou números sobre os mesários treinados, em seguida mostrou números relativos à avaliação feita pelos mesários do material para treinamento e da avaliação dos grupos responsáveis pelos mesários, apresentou os pontos considerados positivos. Comunicou os benefícios do treinamento à distância e os problemas apresentados; seguiu expondo as ações que foram executadas para minimizar os problemas e apresentou proposições de melhorias. O próximo apresentador foi o senhor Sérgio José Américo Pedreira, Secretário da SOF/TSE, iniciando sua explanação sobre as atividades desenvolvidas, o planejamento orçamentário feito pela SOF/TSE com a participação de todas as demais áreas. O trabalho foi desenvolvido primeiro com a identificação das necessidades, apresentou pontos positivos, como a facilidade na negociação do orçamento de pleitos, sendo que é necessário quebrar esse paradigma e facilitar o orçamento de anos não eleitorais; prudência com a formação das demandas emergenciais; rapidez na obtenção de créditos suplementares com relação às forças armadas; suficiência de recursos para despesas de outros custeios; busca do aprimoramento da execução orçamentária; critérios para distribuição de recursos para pessoal. Como problemas foram apontados a alimentação de mesários e seu custo operacional; a substituição de urnas e a inexistência de histórico de execução orçamentária, após, apresentou as ações efetivamente tomadas e por fim algumas proposições de melhorias, como um cadastramento prévio dos mesários para a distribuição dos valores referentes ao auxílio-

alimentação. O próximo palestrante apresentou o tema "Prestação de Contas", desenvolvido por Adriano Belardi, Secretario de Controle Interno do TRE/MG, que conceituou prestação de contas, frisando que a regularidade depende da formalidade, discorreu sobre as atividades do grupo de trabalho, dos sistemas de prestação de contas eleitoral, os pontos positivos, pontos negativos, ações efetivadas e apresentou propostas de melhorias. O Ministro Ayres Brito teceu comentários sobre a necessidade de maior relevância para o tema prestação de contas, entretanto, que não se deve ter ilusões sobre a modificação na legislação, pois se trata de questão arraigada na cultura política nacional. Marco Aurélio Neto encerrou com o tema "Sistema Candidatura e Horário Eleitoral". A Presidente Cleonice Silva Freira, assim, encerrou os trabalhos do primeiro dia às dezessete horas e quinze minutos. Aos seis dias do mês de dezembro, às nove horas e vinte minutos, a Presidente do Colégio, Desembargadora Cleonice Freire, cumprimentou a todos e abriu os trabalhos, solicitando aos presentes que fizessem suas apresentações, procedendo-se a seguinte ordem: Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha – TRE/PA, Desembargador Alberto Motta Moraes – TRE/RJ, Desembargadora Beatriz Figueiredo Franco – TRE/GO, Desembargador João Carlos Branco Cardoso – TRE/RS, Desembargador Nilo Luis Ramalho Vieira – TRE/PB, Desembargadora Eulália Maira Ribeiro Gonçalves Nascimento Pinheiro – TRE/PI, Desembargador Cláudio Dinart Deda Chagas – TRE/SE, Desembargadora Regina Afonso Portes – TRE/PR, Desembargador Almiro Padilha – TRE/RR, Juiz Federal José Godinho Filho – TRE/TO, Desembargador Osvaldo Rodrigues de Melo – TRE/MS, Juíza Denise Castelo Bonfim – TRE/AC, Juiz Elcides Simões de Oliveira – TRE/AM, Desembargador Estácio Luiz Gama – TRE/AL, Desembargador Manoel Alves Rabelo – TRE/MT, Desembargadora Huguetta Braquehais – TRE/CE , Juíza Mariza de Melo Porto – TRE/MG, Desembargador Eleitoral Francisco Julião de Oliveira Sobrinho – TRE/PE, Desembargador Carmo Antônio de Souza – TRE/AP. Em seguida a Presidente ressaltou a importância do encontro, não apenas como reunião de trabalho, mas também como um momento de integração dos participantes e agradeceu a recepção proporcionada pelo Desembargador Carmo Antônio. Levantou a proposta de moção de solidariedade às vítimas de Santa Catarina e ao

Presidente do TRE daquele estado, tendo sido acolhida por todos. O Desembargador Carmo solicitou que fossem escolhidos os redatores da carta do encontro, Desembargador Alberto Motta Moraes/RJ, Juiz Manoel Alves Rabelo/ES e a Desembargadora Regina Afonso Portes/PR, se candidataram para elaborar a Carta de Macapá. O primeiro ponto a ser discutido foi alteração no estatuto do Colégio, lembrando que foi distribuída a todos uma cópia da proposta, sendo que tal alteração se refere à medalha do mérito eleitoral, da sua criação, pois não existe tal previsão, e nem regulamentação para a entrega. O Desembargador Alberto Motta comentou sobre o número de encontros anuais comparativamente ao número de medalhas a serem distribuídas, que seriam três, e colocou como proposta o número máximo de quatro. O Desembargador Carmo Antônio explicou o sentido de ter sido proposta três comendas, tendo sido aprovado, por maioria, a proposição do Desembargador Alberto Motta. A Presidente propôs a entrega da medalha do mérito ao ex-presidente do TRE/MA, Desembargador Jorge Rachid, o Desembargador Almiro Padilha observou que sendo concedidas quatro medalhas extrapolar-se-ia o limite aprovado, então a Presidente Cleonice Freire expôs suas razões para ter feito a proposição, referindo-se ao término de seu biênio a frente do TRE/MA e, conseqüentemente, do Colégio de Presidentes dos TRE's. A Juíza Mariza Porto propôs a entrega ao ex-ministro Sálvio de Figueiredo, que se encontra com saúde bastante debilitada, por tudo o que fez pelo Direito Eleitoral. A Desembargadora Huguette Braquehais aferiu a relevância dos serviços prestados pelo Desembargador Jorge Rachid. O Juiz José Godinho Filho cogitou em ser colocada em votação primeiro a possibilidade de se fazer as indicações em anos anteriores. A Presidente resolveu em deixar as proposições para o próximo ano, a seguir passou a palavra à Des. Huguette Braquehais, para que apresentasse sua proposição sobre prorrogação de requisição de servidores nos Cartórios Eleitorais. Explicou que a lei não impõe limite temporal e, em análise à norma e em razão da carência de pessoal nos cartórios, assim pode se atestar que é possível uma requisição prorrogável indefinidamente. Tal entendimento viabilizaria um quadro de pessoal preparado nas zonas eleitorais, posto que a constante mudança, diante da interpretação que a requisição só pode ser feita por um

ano, causa transtornos constantes aos pleitos eleitorais. Expôs que a questão foi levantada pelos Chefes de Cartório de Fortaleza/CE, sugerindo que fosse feito ao TSE pedido de revisão do seu posicionamento, adotando um período maior de requisição, propondo que tal prazo em quatro anos. O AP propôs que encaminhassem expediente ao TRE que se fizesse prorrogação de acordo com a conveniência dos Regionais, que foi aprovada por todos. A palavra foi concedida ao Des. João Carlos Branco Cardoso, que defendeu a proposta da campanha Mesário Cidadão, e exibiu um vídeo aos presentes, com a participação de personalidades gaúchas. Falou que houve um aumento significativo do número de mesários voluntários, e que, em muitas seções, há 100% de mesários voluntários. A Des. Cleonice Freire destacou a importância do projeto e a Des. Huguette Braquehais propôs voto de louvor ao mesário de Fortaleza que há 10 anos oferece café da manhã aos eleitores de sua seção, no que foi acompanhada por todos. O Des. Carmo Antônio retirou a proposta em face do retorno de alguns presidentes e o tempo para o encerramento da reunião. O Des. Alberto Motta comentou sobre o transtorno nas remoções entre as comarcas daquele estado, afirmou que remeterá ofício ao TSE para um melhor critério nessas remoções. Palavra concedida ao Des. Oswaldo Rodrigues, que passou a discorrer sobre as eleições/2008, pediu aos presentes para assistir um vídeo produzido por aquele Regional onde o tema seria o trabalho realizado no pleito eleitoral de 2008, momento que ficará para os anais do TRE/MS.

Na sequência foi exibido um vídeo sobre as eleições municipais de 2008 no Estado do Amapá, a Presidente Cleonice Freire comentou que os vídeos exibidos refletiam as ações efetivadas no Brasil, com todas as dificuldades regionais. A Presidente encaminhou cópia da Carta de São Luis ao Congresso e recebeu como resposta à parabenização pelo apoio às modificações na LC Nº 64/90, e que tais modificações estão tramitando naquela Casa Legislativa. Após, passou a palavra para a Desembargadora Huguette Braquehais que indicou a cidade de Fortaleza para receber o próximo encontro do Colégio de Presidentes, a proposição foi colocada em votação e acolhida por todos. A Desembargadora Raimunda Noronha informou que sua gestão estará se encerrando no início do próximo ano, elogiou a forma que foi recebida no Amapá e fez agradecimentos. O Desembargador Nilo Vieira comentou sobre a carência de cidadania no país, e elogiou o encontro por ter sido caracterizado pelo regionalismo, afastando o estrangeirismo que

assola a nação. O Desembargador Oswaldo Rodrigues elogiou a recepção que teve no Estado do Pará, pela Desembargadora Raimunda. O Juiz Elci Simões informou que a Escola Judiciária eleitoral do TRE/AM, estará implantando o primeiro mestrado em Direito Eleitoral, mas que a situação financeira das Escolas Judiciárias Eleitorais é delicada. O Desembargado Alberto Motta lembrou a modificação dos títulos eleitorais, partido desse ponto para tecer elogios à acolhida na cidade de Macapá e ao Desembargador Carmo Antônio, no que foi acompanhado pela Desembargadora Huguette Braquehais e da Presidente do Colégio, Desembargadora Cleonice Freire. Em seguida foi lida e assinada a Carta de Macapá e a Ata do Encontro, com o encerramento determinado pela Desembargadora Cleonice Freire às onze horas e cinqüenta e cinco minutos. Nada mais havendo, eu,.....(Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha), Secretária do Colégio de Presidentes, lavrei a presente ata e colhi a assinatura da Presidente do Colégio e dos demais presentes.